

ÀS MARGENS DA NAÇÃO, AO CENTRO DO GLOBO:  
RIO AMAZONAS, OLHARES E PERSPECTIVAS SOBRE O MODERNISMO  
BRASILEIRO, 1922.

ON THE MARGINS OF THE NATION, AT THE CENTER OF THE GLOBE:  
RIO AMAZONAS, VIEWS AND PERSPECTIVES ON BRAZILIAN  
MODERNISM, 1922.

AL MARGEN DE LA NACIÓN, EN EL CENTRO DEL MUNDO:  
RIO AMAZONAS, VISTAS Y PERSPECTIVAS SOBRE EL MODERNISMO  
BRASILEÑO, 1922.

Tarcísio Cardoso Moraes<sup>1</sup>

**Resumo**

*Na narrativa modernista da nação brasileira das primeiras décadas do século XX, a representação de Amazônia surge relacionada a uma projeção de espaço distante e marginal. Como lugar da natureza, do folclore, das lendas e das tradições em total descompasso com Brasil moderno. Neste artigo, procuro analisar essa imagem estigmatizada e consolidada por uma vertente do modernismo brasileiro, em perspectiva a interpretação do Brasil a partir do olhar amazônico defendida pelo engenheiro e historiador paraense Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933).*

**Palavras-chave:** Amazônia; modernismo; modernidade; identidade cultural;

**Abstract**

*In the modernist narrative of the Brazilian nation in the first decades of the 20th century, the representation of the Amazon is related to a projection of a distant and marginal space. As a place of nature, folklore, legends and traditions, completely out of step with modern Brazil. In this article, I try to analyze this image stigmatized and consolidated by a strand of Brazilian modernism, in perspective the interpretation of Brazil from the Amazon point of view defended by the engineer and historian from Pará Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933).*

**Keywords:** Amazon; modernism; modernity; cultural identity;

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail [tarcisio.moraes@icsa.ufpa.br](mailto:tarcisio.moraes@icsa.ufpa.br)

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

“O Amazonas para exceder em bem-aventurança o Ganges, o Eufrates e o Nilo, só lhe falta que a sua nascente se achasse no Paraíso”.

Padre Cristóbal de Alcuña

“A espécie humana se desenvolve agrupando-se, necessariamente, em determinados lugares [...] pontos geográficos privilegiados, como existem no máximo duas dúzias no planeta”.

Henri Coudreau

### AMAZÔNIA: MARGINAL, EXÓTICA, GLOBAL?

A Amazônia e o rio que deu nome à região têm sido constantemente incorporados por empresas como marca de sucesso de seus produtos, cujo uso dos aditivos da floresta agregam um valioso diferencial publicitário e mercadológico ao que se quer vender. Aliás, é bom que se diga, a região amazônica sempre foi um território transnacional de interesses internacionais. Sua história faz parte de uma história muito mais ampla; integrada a uma história global, no curso da qual vários elementos e pessoas do mundo se conectam desde os tempos coloniais. Se hoje não há dúvida quanto à centralidade da Amazônia na história ambiental planetária como pauta fundamental na crise climática, e com pauta imprescindível nos debates necessários sobre as diversidades; essa centralidade e o próprio conceito de Amazônia se inserem numa longa trajetória associada às diversas leituras e interpretações que povoaram o imaginário nacional e internacional, desde as primeiras explorações europeias no século XVI. Começava aí a construção de sentidos e significados que identificam a região amazônica a partir de conceitos relativos ao mundo natural e a imagens míticas, como Floresta Amazônica, Selva Amazônica ou Terra do Rio das Amazonas, em referência às mulheres lendárias apresentada ora como gregas de arco e flecha, ora como as icamiabas indígenas do Lago dos Espelhos (FIGUEIREDO, 2022).

Já desde o século XIX, muitos intelectuais da região tinham clareza de que Amazônia era um conceito que fora cunhado historicamente, com sentidos e significados bem precisos (FIGUEIREDO, 2022). No percurso dessa construção, vale destacar dois momentos: no primeiro deles, em meados do século XVIII, o cientista prussiano Friedrich Alexander von Humboldt (1769-1859) lança mão do termo hyleia (Hyleae) para denominar e centralizar essa região no planeta, impressionado pelo potencial da riqueza natural. Mais tarde, as décadas de 1910 e 1920, vão se constituir em outro momento decisivo para o pensamento brasileiro na construção de uma representação sobre essa região. É justamente por esse período que se vai consolidar uma percepção da região amazônica colada à ideia de lugar distante, fronteiro, marginal e periférico; como lugar das tradições, da natureza, do folclore e do atraso em relação a uma certa perspectiva de civilização. O historiador Aldrin Figueiredo tem mostrado em suas pesquisas que em textos basilares do modernismo paulista, como *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade (1893-1945), e *Cobra-Norato* (1931), Raul Bopp (1898-1984), a Amazônia é invocada com uma espécie de almoxarifado da nação, onde estaria depositados mitos e folclores símbolos da brasilidade que então se buscava (FIGUEIREDO, 2022). Neste artigo procuro analisar essa imagem estigmatizada proveniente de um

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

pretensão centro civilizacional e consolidada por uma vertente do modernismo brasileiro, em perspectiva com uma interpretação do Brasil a partir do olhar amazônico defendida pelo engenheiro e historiador paraense Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933).

Primeiramente, é preciso destacar que na narrativa modernista da nação brasileira, o descompasso entre o Brasil moderno e a Amazônia tradicional está relacionado a uma projeção de espaço distante, longínquo, recôndito, marginal e fronteiriço. A ideia é que a região está circunscrita a outro domínio do tempo com balizas marcadas pela natureza e não pela história (FIGUEIREDO, 2021). Foi Euclides da Cunha (1866- 1909) quem consolidou a imagem da Amazônia como a última página do gênese a ser virada. Dizia ele: “tal é o rio tal é a sua história, revolta, desordenada e incompleta” (CUNHA, 1926, p.17). Assim vai se firmando a imagem, que ainda hoje persiste, de região rica e atrasada, fora dos domínios da história; que precisa ser desenvolvida segundo as balizas de um modelo hegemônico de desenvolvimento que desconsidera a diversidade de formas de vida e relacionamento com a natureza. É também Euclides da Cunha quem mostra de maneira contundente e emblemática a existência de vários Brasis. Na obra *Os sertões*, publicada em 1902, o episódio da Guerra de Canudos revela para a sociedade brasileira um outro Brasil, visto como atrasado, arcaico e marginal. Não somente aquele Brasil de São Paulo, do Rio de Janeiro, e das capitais que estavam se modernizando. Esse era um Brasil meio que se desconhecido, agora estampado no rosto das elites nacionais (FIGUEIREDO, 2021).

Na verdade, é bom enfatizar, essas categorias descrevem mais do que simples arranjos classificatórios de espaço-território. Elas revolvem visões canônicas que naturalizam experiências de subalternização do saberes e culturas em comparação a um certo centro supostamente mais adiantado e civilizado. Essas são perspectivas constantemente reiteradas e atualizadas, como por exemplo, no modelo ideológico que baliza o genocídio de povos indígenas e o desmatamento da Amazônia em nome de uma ideia de progresso e civilização autoritária.

No início do século passado, intelectuais paraenses, ansiosos por participar dos debates sobre o futuro do país, procuraram converter a Amazônia em capital simbólico de seu grupo social. Para isso, buscaram redimensionar o valor histórico, cultural e econômico da Amazônia dentro de um contexto mais amplo da nação e do mundo. Sua importância poderia ser lida, por exemplo, numa tela histórica, num poema, na riqueza do solo, na diversidade de seu povo, da fauna e da floresta; ou, mais propriamente, no potencial de seu grande rio, o Rio Amazonas. Inserido nesse movimento, em 1926, o engenheiro Henrique Santa Rosa publica *História do Rio Amazonas*, sua principal obra. Penso que esse é uma espécie de texto síntese, no campo da história e da geografia, do repertório cognitivo e do projeto político próprio da intelectualidade paraense desse período. Nele, Santa Rosa faz da história do Rio Amazonas um *tour de force*, tomando sua gente, suas águas, seu potencial hídrico e civilizatório como argumento central para refutar o resistente enquadramento etnocêntrico cultivado, em diversos escritos do passado e do presente, sobre uma Amazônia exótica e passiva no palco das transformações históricas da nação e do mundo.

### **OUTRAS CIVILIZAÇÕES, OUTRAS MODERNIDADES**

Estamos na virada de 1915 para o ano de 1916. A capital paraense está tomada por festejos e celebrações comemorativas do tricentenário de sua fundação. O sentido da efeméride versava principalmente sobre a identidade amazônica, sua modernidade e seu papel no cenário nacional e global (MORAES, 2022). Tratava-se de “recordar os costumes dos nossos antepassados e a marcha do nosso progresso”<sup>2</sup>, perspectiva basilar para o projeto político dessas gerações de intelectuais paraenses que se projetou para o passado local seguindo o imperativo de rever e reaver a gênese da região para e inseri-la numa tradição de civilização e modernidade, e assim reescrever uma nova história do Brasil e da Amazônia. Ou, em outra formulação, uma nova história do Brasil a partir do olhar amazônico.

Em uma rotação completamente diferente, e por essa mesma época, mais precisamente em janeiro de 1916, na cidade de São Paulo, um grupo de intelectuais ligados ao jornal *O Estado de São Paulo* cria um periódico chamado *Revista do Brasil*, que dois anos mais tarde, em 1918, seria comprada por Monteiro Lobato (1882-1948), se tornando então proprietário e maior colaborador. Exemplos não faltam, mas destaco aqui essa publicação em específico porque ela revela indícios significativos sobre o pensamento social de certa fração da intelectualidade brasileira da época responsável pela conformação de uma versão hegemônica sobre o Brasil, seus centros e suas periferias. O próprio título da revista se revela um sinalizador não dos mais sutis; e, de fato, sutileza estava longe de ser sua intencionalidade. Tanto que a *Revista do Brasil* tomava deliberadamente para si o propósito de refundar a nação, refundar a nacionalidade brasileira. Em outras palavras, o que está em pauta é uma proposta de refundar o Brasil a partir de um ponto de vista paulista. A ruminância desse mito da descoberta do Brasil reflete todo um pensamento colonialista que já existia em São Paulo, muito influenciado pela relação conflituosa que mantinha com o Rio de Janeiro, capital da República (CARDOSO, 2022). E como vamos ver mais adiante, deixa delineado também a existência de uma disputa geopolítica entre essas elites brasileiras em torno de um projeto de nação e de modernidade que se pretendia para o Brasil (FIQUEIREDO, 2022).

Nação e modernidade são discussões fundamentais para a intelectualidade brasileira da virada do século XIX. E isso não foi à toa; esse é o período que a historiografia se habituou a chamar de Belle Époque ((NEEDEL, 1993; SARGES, 2010; DAOU, 2000)). Foi um momento de relativa paz internacional; mais ou menos situado entre 1870 e 1914, ou seja, entre o final da guerra Franco-Prussiana e o início da Primeira Guerra Mundial. Mas principalmente caracterizado por se constituir como um momento de expansão mundial do capitalismo, em que as grandes capitais do globo estão estabelecendo conexões entre si. Desde as capitais europeias, passando pelas capitais da Ásia e da América. No Brasil, os portos de Belém, Manaus, Santos, Rio de Janeiro, estão entre aqueles que concentraram a entrada e saída de grande parte da riqueza nesse momento.

---

<sup>2</sup> IHGP, Exposição Histórico-Indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916. Arquivo Palma Muniz, Fundo Palma Muniz; Série Panfletos – 1909-1927, Caixa nº 01.

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

É um momento em que as capitais brasileiras estão passando por um processo de transformação política, econômica, artística, arquitetônica e urbanística. É um contexto marcante da modernidade brasileira, em que nossas capitais sonham uma certa utopia de se transformarem em capitais como as europeias. Cidades como Londres, Paris, Viena ou Lisboa, passam a ser um espécie de modelo para essas capitais. Da mesma forma, os movimentos culturais, artísticos e literários europeus figuram como referências de modernidade e civilidade.

Nesse contexto, os engenheiros são tidos como verdadeiros arautos da modernidade. O sociólogo João Marcelo Ehlert Maia, ao estudar os escritores e engenheiros Euclides da Cunha (1866-1909) e Vicente Licínio Cardoso (1889-1931) traça uma abordagem sobre o lugar da terra no pensamento social brasileiro durante a Primeira República. Observa que “o surgimento progressivo de engenheiros e outros personagens formados na cultura técnica eivada de positivismo” marcou o cenário brasileiro e “encontrou ressonância na geração de 1870” (MAIA, 2006, p. 100). Segundo ele, os politécnicos assumiram o papel de “figuras-chaves na alteração da relação entre intelectuais e Nação” (MAIA, 2006, p. 100), pois se “cultura romântica via na busca de uma origem mítica a chave para a localização da identidade brasileira, os engenheiros seriam os apóstolos do progresso, mobilizados pela ideia de adequar o Brasil ao ritmo da civilização” (MAIA, 2006, p. 100).

Nesse ambiente, a criação da Escola Politécnica é considerada um marco na história científica do país. Organizada com base no modelo francês, a Politécnica privilegiava a formação enciclopédica dos engenheiros: “os politécnicos não seriam especialistas, mas membros de uma elite científica com capacidade para operar em várias frentes e assumir distintos papéis na vida pública” (MAIA, 2006, p. 101). O sentido principal da ação desses personagens estaria na busca de uma sociabilidade civilizada, própria a uma nação desejosa de se integrar ao ritmo da modernidade.

Apóstolos do progresso e da ciência, os politécnicos construíram uma identidade fortemente lastreada nas ideias-chaves do positivismo. Tanto que a concepção de modernidade estava fortemente associada à premissa de melhoramentos arquitetônicos e urbanísticos. Esse foi outro decisivo campo de atuação de Santa Rosa. Para ele, Belém era uma cidade que estava no mesmo patamar das principais capitais brasileiras, em que pese precisasse de “mais ativos cuidados para a adaptação de suas condições telúricas e hidrológicas às da salubridade da população” (SANTA ROSA, 1915, p. 12). Numa visão futura da capital paraense, o engenheiro cartografou comparando-a com Belo Horizonte e São Paulo, as únicas que, segundo ele, observam as novas orientações na criação de “bairros higiênicos e núcleos de construções econômicas” (SANTA ROSA, 1915, p. 12). *Visão Futura* é o título de seu texto impresso no Anuário de Belém, que foi pensado e escrito sob o calor da movimentação da celebração do tricentenário de Belém, em 1916. Segundo o engenheiro-historiador, “as comodidades de ar, espaço, luz, viação, água e esgotos, constituem condições previamente estabelecidas, correspondendo, pelo seu valor, às circunstâncias mais ou menos favorecidas das classes da população a que se destinam”. Apesar de todo o progresso, Belém ainda era “uma cidade por fazer”, concluía o engenheiro; pois sofria já os grandes problemas de uma metrópole moderna que, assim

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

como “a capital federal, com suas vilas operárias em que se têm consumido centenas de contos”, mantinha ainda serviços públicos deficientes. Por isso mesmo, sua visão futura era a do planejador urbano, envolto em mapas, pranchetas e números, seguindo as diretrizes dos norte-americanos que haviam dado mostras de “cidades modelos construídas ou reformadas em poucos anos” (SANTA ROSA, 1915, p. 13). A preocupação com o passado amazônico não era, portanto, simples vício de antiquário. Agora era a hora a de enquadrar o passado pela lente do presente e do futuro projetado.

Da mesma forma, a imperativo da civilização e modernidade impunha contornos bem claros à forma como os engenheiros paraense vislumbravam o passado e presente da Amazônia. Isso porque, a moderna historiografia da região foi escrita através das letras decisivas da tríade dos *engenheiros-historiadores* paraenses. São eles: João de Palma Muniz (1873-1927), Ignácio Baptista de Moura (1857-1929) e Henrique Santa Rosa (MORAES, 2022). Desses três, Santa Rosa foi quem mais uniu o estudo da história e da geografia amazônica ao planejamento urbano e às ações do Estado. Tanto que em 1890, assume a diretoria geral da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Pará, uma das principais e mais importantes secretarias da época, onde ficaria a frente por vinte e dois anos seguidos, oito governos diferentes, de 1890 até 1912. Foi uma espécie de oligarca da burocracia de estado.

Misturando a engenharia com o estudo da história e da geografia amazônica, em 1914, Henrique Santa Rosa representa o Pará no I Congresso de História Nacional, no Rio de Janeiro. Em meio aos principais historiadores da época, apresentou o trabalho *A depressão amazônica e os seus exploradores*. Trata-se de um ensaio de geografia histórica que reunia análises topográficas a partir da memória dos viajantes que ao longo de séculos passaram pela região amazônica. Lucia Maria Pachol Guimarães mostrou que estudos dessa natureza eram novidade tanto no Brasil como na Europa da virada do XIX (GUIMARÃES, 2005). Acho importante reiterar que por essa época a geografia histórica era um campo ainda em formação, que vai caracterizar o movimento historiográfico da primeira geração da Escola dos Annales, muito em razão do trabalho de Lucien Febvre (1878-1956), que lança, em 1922, a obra *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire*. Esse é um texto muito influenciado pela geografia de Vidal de La Blache (1845-1918), e decisivo para aproximação interdisciplinar da história com a geografia. De certo modo, o repertório cognitivo e as questões pensadas por geógrafos dessa geração de Santa Rosa, que estavam conectados a esse movimento internacional, reaparecem mais tarde, na década 1950, na obra de Fernand Braudel (1902-1985), particularmente *O Mediterraneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* (BRAUDEL, 1984).

*A depressão amazônica e os seus exploradores* é a pesquisa que anos depois deu origem à *história do Rio Amazonas*, publicada em 1926, mas apresentada quatro anos antes, em 1922, no Primeiro Congresso Internacional de História da América, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. O evento fazia parte das celebrações que ocorreram em várias cidades brasileiras por ocasião das celebrações do centenário da independência do Brasil, assim como a Exposição Internacional, que ficou montada por dez meses, também no Rio de Janeiro. Importante frisar que desde meados do século XIX os

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

congressos e exposições internacionais vinham se multiplicando na Europa, passando a figurar entre os principais megaeventos de caráter global. Além do papel de vitrines do progresso e da modernidade, ganharam importância como eventos de afirmação no plano internacional. Paris desempenhou o papel de capital cultural mundial dessas jornadas, não só devido à incidência de eventos ali realizados, a exemplo das exposições universais de 1878, 1889, e 1900; mas também pelo caráter enciclopédico desses empreendimentos, que pretendiam dar conta de todos os campos do conhecimento (GOLDMAN, 2016; PESAVENTO, 1997; SCHWARCZ, 2006; COELHO, 2015). Essas iniciativas constituem a gênese de um movimento de cooperação internacional, uma vez que os representantes oficiais dos países participantes costumavam aproveitar a ocasião para firmar protocolos e acordos, com o objetivo de resolver problemas aduaneiros, sanitários, técnicos e humanitários, adotando, enfim, resoluções de valor normativo (GUIMARÃES, 2005, p.193).

Em São Paulo, foram organizados eventos que também integravam essa efeméride centenária, como a inauguração do Monumento à independência do Brasil às margens do riacho do Ipiranga, conjunto escultórico feito em granito e bronze pelo italiano Ettore Ximenes (1855-1926), e nova ornamentação do saguão e do salão de honra do Museu do Ipiranga e a conhecida Semana de Arte Moderna. É interessante frisar que a maioria dessas celebrações mencionadas tiveram imensa importância na época de sua realização, mas foram perdendo interesse com o passar do tempo. Ao contrário, a semana de arte moderna viveu um caminho totalmente oposto. Como evento, foi muito curto. Além do que, foi circunscrito às elites econômicas e culturais paulistas; e não teve grande divulgação nos veículos dedicados ao assunto. Porém, com o passar dos anos foi crescendo em termos de relevância cultural e se tornou um fato histórico meio incontornável (SIQUEIRA, 2021). Em linhas gerais, se tratou de um evento realizado com apoio direto do governo de São Paulo e tutelada pelas elites de São Paulo; principalmente grandes empresários e latifundiários comerciantes de café. Ela foi realizada mediante esse apoio logístico e financeiro dessa burguesia ilustrada de São Paulo que vinha de uma tradição rural e que nutria sonhos de modernização. Em outras palavras, a mítica Semana de Arte Moderna atendia ao sonho dessas elites por um estado rico e moderno, uma capital comparável às grandes metrópoles, e pela própria direção do processo de modernização nacional (SIQUEIRA, 2021).

### AS ÁGUAS, AS MARGENS E OUTROS CENTROS

Este é o campo de batalha em que Henrique Santa Rosa firma sua posição. Descendente de uma linhagem que se tomara influente na arena política e intelectual de Belém, era filho do médico e político Américo Marques Santa Rosa (1833-1899). Viveu um ambiente familiar de orientação republicana e aos vinte anos de idade se formou em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Lá, junto com a orientação técnica, recebeu instrução polivalente. Alguns anos mais tarde, se transformaria no mais importante geógrafo paraense da primeira metade do século XX, e o primeiro historiador da natureza local. Militante na seara das letras, na política e no planejamento urbano do estado do Pará no início do século

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

XX, Henrique Santa Rosa, a exemplo daqueles de sua geração, toma para si, como ato político, a tarefa de afirmação da região no quadro da nação. O eixo central de seu argumento era a compreensão de que todas as grandes civilizações se forjaram ao largo dos grandes rios. Os exemplos eram as chamadas grandes civilizações da antiguidade, sumérios, babilônios, assírios, egípcios e fenícios; que igualmente floresceram às margens de grandes rios, como Eufrates, Tigre e o Nilo.

A conclusão da *História do Rio Amazonas* é uma eloquente citação de James Orton (1830-1877), explorador e naturalista norte-americano, que a serviço das sociedades científicas dos Estados Unidos e da Europa, se dedicou ao estudo da história natural da América do Sul e da bacia amazônica. Tornou-se uma das principais autoridades do século XIX no estudo da geologia e da geografia física da costa oeste da América do Sul e do vale do Amazonas (SANTAROSA, 1926). Vamos à citação: “o Amazonas para exceder em bem-aventurança o Ganges, o Eufrates e o Nilo, só lhe falta que sua nascente se achasse no Paraíso” (ORTON *apud* SANTAROSA, 1926, p. 196). Um primeiro ponto que deve ser destacado é que essa citação sintetiza o argumento central da obra de Santa Rosa, ao mesmo tempo em que expressa um certa comunidade de sentimento e percepção partilhado por grande parte da intelectualidade paraense da época.

Um outro ponto, diretamente ligado ao anterior, diz respeito ao itinerário argumentativo traçado no livro. A obra cobre um recorte temporal de cerca de quatro séculos. Dividida em duas partes, a primeira delas, usando as palavras de Raymundo Moraes “é a história do rio Amazonas escrita na terra, é o registro telúrico, em cujo seio se grafou a corrente dos rios, a travessia dos exploradores, a alteração dos climas, a transformação da vida” (MORAES, 1926, p. 4). É uma ampla revisão historiográfica das viagens dos naturalistas e exploradores; dos estudos e teorias geológicas e da geografia física da região. O sentido é claramente o de dimensionar a grandeza planetária da região a partir do “maior rio do mundo, pelo qual se realiza a drenagem de uma bacia considerável, avaliada em 6.430.000 quilômetros quadrados” (SANTA ROSA, 1926, p. 97).

Santa Rosa versa por um amplo volume de estudo que vão desde os relatos dos primeiros viajantes europeus, como no *Nuevo Descubrimiento Del Gran Río de Las Amazonas*, de 1641, do jesuíta Cristóbal de Acuña (1597-1670), até os estudos do naturalista Henri Coudreau (1859-1899). Contratado pelo governador Lauro Sodré (1850-1943) nos primeiros anos do regime republicano, o naturalista Henri Coudreau viajou pelos rios da Amazônia e teve vasta circulação entre meio intelectual paraense (JOLLANT, 2014). Para ele, “a disposição dos continentes e dos mares predestinou o Pará a tornar-se um dos grandes entrepostos não somente do Novo Mundo mas ainda de toda terra” (COUDREAU, 1913, p. 1), isso porque nem no Atlântico Norte nem no Atlântico Sul ou em qualquer outro lugar da terra, não existiria tão poderoso sistema fluvial quanto o sistema amazônico e que não havia “também em parte alguma, uma cidade localiza em melhores condições que a cidade do Pará para ser ao mesmo tempo, ponto inicial e centro de uma tão vasta rede de linhas de navegação interior e de linhas transoceânicas” (COUDREAU, 1913, p. 1).

Mas se a primeira parte é escrita na terra, a segunda é escrita no homem, “na face do aborígene e do aventureiro, a figura do autóctone e a figura do colonizador”. O engenheiro-historiador revisita as viagens



## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

de Vicente Pinzón (1462-1514), Francisco Pizarro (1476–1541) e Francisco de Orellana (1490-1550) pelo Rio Amazonas; as explorações de Pedro de Ursúa (1559-1561) e Lope de Aguirre (1510-1561) em busca do mítico *El Dorado*. Neste itinerário segue pela viagem de Pedro Teixeira no século XVII, as missões de catequese e as viagens de Johann Baptist von Spix (1781-1826), Carl Friedrich Martius (1794-1868) e de Humboldt até os mais recentes estudos científicos do século XIX.

Do passado para o presente, Santa Rosa considera que “o período do século XIX foi o de maior notabilidade” dos estudos sobre a região, pois é para “o vale do Amazonas, a terra da Promissão dos naturalistas e viajantes, que se concentra a atenção do mundo dos sábios” (SANTA ROSA, 1926, p. 174). Fica evidente que ele tem total clareza do interesse político e econômico internacional na região. As academias de ciência eram expressões desses interesse. Santa Rosa destaca 1843 como um ano importante, pois ficou assinalado por “três das mais notáveis expedições” (SANTA ROSA, 1926, p. 177). São elas, a expedição de Alberto da Prússia (1809-1972) subindo o rio Xingu; a expedição do Conde Francis de Castelnau (1810-1880), que por conta do governo francês realiza “sua importantíssima viagem através das cordilheiras, de Lima no Peru estendendo-se pelo Tocantins e Araguaia” cuja descrição constituiu “um dos mais vastos repositórios de dados geográficos e geológicos sobre a bacia amazônica” (SANTA ROSA, 1926, p.177). E, por fim, o empreendimento do explorador e administrador colonial francês Tardy de Montravel (1811-1864) estudando o rio Amazonas e a delimitação das fronteiras francesas da Guiana. Além dessas, da Inglaterra chega, em 1865, William Chandless (1829-1896), enviado da Sociedade de Geografia de Londres.

Foi diante dessa movimentação das nações estrangeiras em relação a Amazônia que “compreendeu o governo brasileiro que as relações comerciais o aconselhavam a abrir mão de certas limitações na navegação do Amazonas” (SANTA ROSA, 1926, p. 181). O resultado foi a abertura do Rio Amazonas à navegação estrangeira, em 1866, “um dos fatos de maior relevância para o desenvolvimento do vale amazônico” (SANTA ROSA, 1926, p. 181), e momento chave para o projeto desenvolvimentista da Amazônia que produzirá a sociedade da borracha e a Belle époque amazônica (SARGES, 2010; NEEDELL, 1993; DAOU, 2000).

Mas não para por aí, em dezembro de 1919, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do qual Henrique Santa Rosa era então vice-presidente, recebe ofício Instituto Histórico Arqueológico da Academia de Ciência da Rússia. Interessava “àquele notável Instituto” “entrar em comunicação direta, com todos os estabelecimentos congêneres [...] para obter seguras informações sobre geografia, história e antropologia da América do Sul em geral, e do Brasil”<sup>3</sup>. A Academia de Ciência da Rússia foi criada em 1724 e reunia alguns dos principais nomes da ciência europeia, como o matemático suíço Leonhard Paul Euler (1707-1783), o botânico e explorador alemão Johann Georg Gmelin (1709-1755), o astrônomo francês Joseph-Nicolas Delisle (1688-1768), e o físico alemão Georg Wolfgang Krafft (1701-1754). Entre as expedições russas para a

<sup>3</sup> IHGP. Ofícios recebidos (1917-1920). Ofício nº 259 (vice-consulado da Rússia), pacote 01.

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

América do Sul, vale destacar a expedição Langsdorf, organizada e chefiada pelo Barão Georg Heinrich vonLangsdorff (1774-1852), que percorreu, entre os anos de 1824 a 1829, mais de dezesseis mil quilômetros pelo interior do Brasil, fazendo registros dos aspectos mais variados de sua natureza e sociedade, constituindo uma vasto inventário do Brasil no século XIX (PEREIRA, 2015; ALENCAR & MACEDO-SOARES, 2019). Parte dessa documentação encontra-se na seção de Arquivos Históricos do Centro de Memória da Unicamp; parte foi levada para Rússia.

É preciso destacar também que um outra referência central na *História do Rio Amazonas* é a obra de Elisée Reclus (1830-1905). Reclus era geógrafo e militante anarquista francês. Sua fama era grande entre os intelectuais da geografia e da história no Brasil, país pelo qual tinha especial interesse e que o considerava, mesmo que de forma romântica e imprecisa, como laboratório por excelência da futura miscigenação universal, último remédio contra o racismo. Viu o Brasil como uma “terra prometida: ali, mais do que em qualquer outro país da Terra, a humanidade representada por brancos, caboclos e negros, se compreende e fraterniza. (RECLUS, 1900, p. 27). Porém, o geógrafo francês não pode ver que os sopros e inspiração da Belle Époque brasileira motivou governos a promoverem políticas de imigração baseadas na ideia de branqueamento da sociedade brasileira, forjando uma política racial. É nesse complexo universo cognitivo que o tema da identidade nacional vai desafiar a intelectualidade brasileira desde o século XIX e por todo o século XX. Questões como quem somos, qual é o perfil e o caráter do homem brasileiro constituíram em grandes temas para a intelectualidade nacional, seja nas artes, na literatura, na história ou na sociologia. E que quem precisou se a ver com essa realidade, e explica-la teoricamente e literariamente foram os intelectuais das primeiras décadas do século XX.

Em 1869, Reclus publica *L'histoire d'un ruisseau*, onde descreve a vida de um curso d'água, o acompanhado desde sua nascente até seu desaguar no mar. Entre descrições da paisagem e uma escrita poética, Reclus mistura ideias anarquistas a uma visão generosa e otimista da natureza e do homem, sonhando com um contínuo progresso moral e social. As semelhanças não são fortuitas, tampouco se resumem ao título. Reclus é um interlocutor fundamental na *História do Rio Amazonas* “rio por excelência, glória do nosso planeta (RÉCLUS *apud* SANTAROSA, 1926, p. 103). Bem ao gosto da tradição do século XIX, Reclus produz um monumental tratado de geografia universal, uma obra de caráter enciclopédico intitulada *Nouvelle Géographie Universelle*, na qual dedica um capítulo para Amazônia<sup>4</sup>. Visando compor o 19º volume, Reclus viaja para o Brasil. Cada um dos dezenove volumes aborda aspectos e regiões distintas. Cerca de um ano depois de sua visita, o geógrafo lança, em 1894, na França, o 19º e último volume de sua obra. Seis anos mais tarde, em 1900, a parte relativa ao Brasil sai publicada em português, sob o título

---

<sup>4</sup>*Nouvelle Géographie Universelle* divide-se em onze capítulos: “Vista Geral, a Amazônia, os estados do Amazonas e do Pará”; “Vertente do Tocantins”; “Costa Equatorial e os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas”; “Bacias do Rio São Francisco e vertente oriental dos planaltos e os estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Espírito Santo”; “Bacia do Paraíba e o estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal”; “Vertente do Paraná e contravertente oceânica”; “Vertente do Uruguai e litoral adjacente do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul”; “o Mato Grosso”; “Estado social da sociedade brasileira e Governo e administração”.

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

“*Estados Unidos do Brasil: geografia, etnografia, estatística*”. A tradução portuguesa ficou na conta do médico e filólogo Benjamim Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), que a atualizou com uma série de retificações em notas de pé de página.

Durante sua viagem pela região, o rio Amazonas chamou sua atenção. Tanto que o fio condutor da análise de Reclus é o próprio curso descrito pelo rio, pois que “não há no mundo região que possua semelhante rede de correntes” (RECLUS, 1900, p. 2). Mais que isso, compreende a disposição controversa da relação entre a nação e a Amazonia, na medida em que “o imenso o rio que forma o eixo central da Amazônia dá-lhe vida independente: a região constitui um mundo à parte pela natureza, pelos produtos, pela população, e possui saída direta, só dela, para a Europa e para a América do Norte” (RECLUS, 1900, p. 29). Tanto que “bastaria uma quadra inimiga ancorada no estuário do Amazonas para cortar o Brasil em duas metades quase tão distintas como a França o é da Argélia. Não admira por isso que as populações civilizadas da margem do grande rio tenham sempre sofrido o domínio do Rio de Janeiro com certa impaciência (RECLUS, 1900, p. 29)

Este, afinal, é o panorama trilhado por Santa Rosa visando afirmar o lugar da Amazônia como centro de convergência de interesses globais. Seu objetivo não é outro senão firma posição contra uma descrição unilateral que fixava a região às margens da nação. Para ele, o rio Amazonas coloca a região no mesmo ritmo de desenvolvimento de outras paragens do mundo. Se do crescente fértil floresceram grandes civilizações, por aqui, não seria diferente: “tal é o rio, tal é a região privilegiada, por ele drenada, na qual, na opinião de Humboldt ‘mais cedo ou mais tarde se de concentrar a civilização do globo’” (Santa Rosa, 1926, p. 103). Não seria, portanto, apenas a receptora tardia de uma determinada “sociedade moderna”; mas sim, um entre os epicentros dos mercados, das trocas e da cultura global. Tudo isso assentado em sua geografia estratégica beneficiada pela bacia do Amazonas.

Há cerca de cem anos atrás, ele nos faz lembrar que a construção e manutenção de estereótipos sobre a Amazônia está a serviço de outros interesses em detrimento dos interesses regionais. Nos faz lembrar da necessidade de afastar estereótipos revolvem imagens de uma região longínqua e cheia de exotismos que ainda hoje paira sobre a Amazônia, quando não, apenas um repositório de recursos naturais a serem explorados; ou a última fronteira agrícola. Enfim, um lugar sem valor em si, sem um passado de valor, desumanizado, que só vale o quanto pode oferecer ao grande capital, ou quando alimenta o seu contraponto, o discurso ambiental.

### FONTES

IHGP. **Ofícios recebidos** (1917-1920). Ofício nº 259 (vice-consulado da Rússia), pacote 01.

IHGP, **Exposição Histórico-Indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916**. Arquivo Palma Muniz, Fundo Palma Muniz; Série Panfletos – 1909-1927, Caixa nº 01.

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

RÉCLUS, Élisée. **Estados Unidos do Brasil**: geografia, etnografia, estatística. Tradução e breves notas de B. F. Ramiz Galvão e anotação sobre o Território contestado pelo Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

SANTA ROSA, Henrique Américo. **História do Rio Amazonas**. Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Instituto Histórico e Geográfico do Pará lido na Assembleia Geral de 10 de março de 1924**. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

\_\_\_\_\_. Dados dos Geólogos e Hidrografia paraense. **Revista do IHGP**. Ano I, fasc. I, novembro de 1917.

\_\_\_\_\_. **Pela Amazônia paraense, riquezas e maravilhas**: conferência do Dr. Henrique A. Santa Rosa, presidente do Instituto Histórico em 19 de setembro de 1924. Para, Belém: Typ. Arruda, 1926.

\_\_\_\_\_. Visão Futura. In: Ignácio Moura (org.), **Anuário de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916**: histórico, artístico e comercial. Belém: Imprensa Oficial, pp. 12-14, 1915.

\_\_\_\_\_. **Álbum do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Excelência o Sr. Dr. José de Paes de Carvalho**. Belém: Imprensa Oficial, 1890.

\_\_\_\_\_. A depressão amazônica e os seus exploradores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 2, 1914. p. 271-322..

\_\_\_\_\_. **Limites do Amazonas e Pará**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1937.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, R. P., & MACEDO-SOARES, P. R. D. O espírito da Expedição Langsdorff, diplomacia científica e a identidade cultural brasileira. **Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias**, Vol. 38, 2019.

BITTENCOURT, Agnello. **Navegação do Amazonas e Portos da Amazônia**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1959.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

CARDOSO, Rafael. A reinvenção da Semana e o mito da descoberta do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 104, pp. 17-34, 2022.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Barão de Marajó**: Um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906). 2015. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. Porto: Liv. Chardron, [1909] 1926.

DAOU, Ana Maria. **A Belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FEBVRE, Lucien. **O Reno**: história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FEBVRE, Lucien. **La Terre et l'évolution humaine** introduction géographique à l'histoire. Bagneux: Numilog, 2014.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Flami-n'-assú: manifesto e perspectivismo amazônico no modernismo brasileiro na década de 1921. **Revista de História**: São Paulo, n. 181, 2022.

\_\_\_\_\_. **Outras margens, outros centros**: o modernismo brasileiro a partir da Amazônia. In: Aracy Amaral; Regina Teixeira de Barros. (Org.). *Moderno onde? Moderno quando? A Semana de 22 como motivação*. São Paulo: Museu de Arte Moderna, 2021, v. 1, p. 54-67.

\_\_\_\_\_. De pinéis e letras: os manifestos literários e visuais no modernismo amazônico na década de 1920. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 130-155, 2016.

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

\_\_\_\_\_. Querelas esquecidas: o modernismo brasileiro visto das margens. In: Mary del Priore; Flávio dos Santos Gomes. (Org.). **Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 259-283.

\_\_\_\_\_. O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Projeto história: revista do programa de estudos pós-graduados de história**, [s. l.], v. 41, 2011.

GOLDMAN, Flavio. **Exposições universais e diplomacia pública**. Brasília: FUNAG, 2016.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

\_\_\_\_\_. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 18, 2005, pp. 147-170

GRUZINSKI, Serge. A Amazônia e as origens da globalização (Sécs. XVI-XVIII): da história local à história global. Belém, PA: **Estudos amazônicos**, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010.

HARTOG, François. **Experiências do tempo: da história universal à história global? história, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013, pp. 164-179.

\_\_\_\_\_. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

IGGERS, Georg. **Desafios do século XXI à historiografia**. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, 2010.

IGGERS, Georg; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Suprya. **A global history of modern historiography**, Londres: Pearson/Longman, 2008.

JOLLANT, Nataly Alves Ramos. **A paisagem amazônica sob o olhar estrangeiro: visões e representações da Amazônia na obra de Henri Coudreau**. In: Symposium Amazônia: Writers, Travelers, & Its People, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LOURENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (orgs). **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

LUCA, Tania Regina de. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n) ação**. São Paulo: Unesp, 1999.  
MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAIA, João Marcelo Ehlert, **A “Rússia Americana”: a terra no pensamento social brasileira**. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

MORAES, Tarcísio Cardoso; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Ignácio Baptista de Moura, polígrafo, 1857-1929. **Estudos Amazônicos**, v. 2, p. 69-73, 2007.

MORELI, Alexandre. Vida (e morte?) da História Global. *Revista Estudos Históricas*, v. 30, n. 60, p. 5-16, janeiro-abril 2017.

MURPHY, David. **The Heroic Earth**. Geopolitical Thought in Weimar Germany, 1918- 1933. Kent, Ohio: The Kent State University Press, 1997.

NASSAR FLEURY, Jorge. A Baía Como Porto: O pensamento urbano e civilizatório de José Coelho da Gama e Abreu (1855-1894). **Revista Brasileira de História** 2020 pp. 199–218

## Às margens da nação, ao centro do globo: Rio Amazonas, olhares e perspectivas sobre o modernismo brasileiro, 1922

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. **Estudos Históricos**/FGV. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000, p. 183-2002.

\_\_\_\_\_. As festas que a República Manda Guardar. **Estudos Históricos**/FGV. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PEREIRA, Sonia Maria Couto. **Etnografia e iconografia nos registros de Hércules Florence durante a expedição Langsdorff, na província do Mato Grosso (1826-1829)**. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

ROCHA, Alexandre Moreli. A global como nova era da história. **História e Historiografia**, n. 18, p. 283-288, 2015.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Os trópicos como espetáculo**: a participação brasileira nas exposições universais de finais do século XIX. In: STEPHAN, Beatriz González; ANDERMANN, Jens (orgs.). *Galerías Del progreso. Museo, exposiciones y cultura visual en América Latina*. Rosário, Argentina: Beatriz Viterbo Editora, 2006. Cap.6, p.195-220.

SPIX E MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. **Arte No Brasil**: Anos 20 a Anos 40. Barléu Edições, 2021.

WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. **Plural**, São Paulo, v. 6, p. 137-168, dez. 1999.

Texto recebido em: 08/05/2023  
Texto aprovado em: 01/06/2023